

Retratos da Rua: Perfil das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo da Figueira da Foz

Street Portraits: The Profile of People Experiencing Homelessness in Figueira da Foz

Ilka Moriya | Doutoranda em Serviço Social na Universidade de Coimbra e Universidade Católica Portuguesa | <https://orcid.org/0009-0001-6074-1746> | ilkamoriya@gmail.com

Ana Paula Caetano | Doutora em Serviço Social | Universidade Lusófona | Intrepid Lab, Porto, Portugal | <https://orcid.org/0000-0001-7759-524X> | paula.caetano@ulusofona.pt

Maria Rosa Tomé | Doutora em História e Serviço Social | Professora do Instituto Superior Miguel Torga | CLISSIS | <https://orcid.org/0000-0002-1287-3146> | rosa_tome@hotmail.com

Clara Cruz Santos | Doutora em Serviço Social | Professora na FPCE da Universidade de Coimbra | <https://orcid.org/0000-0001-7971-410X> | clarasantos@fpce.uc.pt

Resumo

A situação de sem-abrigo representa uma das formas mais severas de exclusão social, traduzindo múltiplas privações e a fragilização extrema dos laços sociais e institucionais. Em Portugal, apesar dos esforços impulsionados pela Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, persistem desafios significativos no que respeita ao conhecimento aprofundado das necessidades desta população em contextos locais. Com base numa abordagem quantitativa e descritiva, este estudo procurou caracterizar o perfil sociodemográfico e as necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo na Figueira da Foz, através da aplicação de um questionário sociodemográfico e de uma versão adaptada do *Needs Assessment Questionnaire*. Os resultados, recolhidos junto de uma amostra de 27 participantes, evidenciam a centralidade da habitação, do emprego e do acesso à saúde como prioridades expressas. A análise estatística revelou ainda uma associação significativa entre o local de pernoita e a perceção de possibilidade de superação da situação de sem-abrigo. Os dados reforçam a necessidade de respostas sociais integradas que articulem dignidade, cidadania e autonomia.

Palavras-chave: pessoas em situação de sem-abrigo; necessidades humanas; exclusão social; intervenção social; Figueira da Foz.

Abstract

Homelessness is one of the most severe manifestations of social exclusion, reflecting multiple deprivations and the weakening of social and institutional ties. In Portugal, despite the efforts promoted by the National Strategy for the Integration of Homeless People, significant challenges remain in understanding the concrete needs of this population in local contexts. Based on a descriptive and quantitative approach, this study aimed to characterise the sociodemographic profile and perceived needs of People Experiencing Homelessness in Figueira da Foz, through the application of a sociodemographic questionnaire and an adapted version of the *Needs Assessment Questionnaire*. Data were collected from a sample of 27 individuals. The findings highlight housing, employment, and healthcare as central and recurring needs. Statistical analysis revealed a

significant association between sleeping location and individuals' perception of their ability to overcome homelessness. These results reinforce the need for integrated social responses that promote dignity, citizenship, and autonomy.

Keywords: homelessness; human needs; social exclusion; social intervention; Figueira da Foz.

Introdução

A situação de sem-abrigo constitui uma das formas mais extremas de exclusão social nas sociedades contemporâneas, refletindo a acumulação de múltiplas privações e a progressiva quebra de vínculos sociais, económicos e institucionais. A conceptualização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA) tem evoluído ao longo do tempo, deixando gradualmente de responsabilizar exclusivamente a pessoa para considerar os fatores estruturais que contribuem para esta realidade (Bento & Barreto, 2002; Rosa, 2005, Jorge, 2022).

Estudos internacionais recentes reforçam esta perspetiva, demonstrando que as PSSA enfrentam riscos acrescidos de morbilidade crónica, menor qualidade de vida relacionada com a saúde e desproporcionalidade no acesso a cuidados de saúde (Burak et al., 2022). Dados provenientes de diferentes contextos evidenciam ainda que estas populações apresentam frequentemente necessidades de apoio multidimensionais e vivem trajetórias prolongadas de exclusão (Flavel et al., 2021. Jorge, 2022, Cattebeke-Laconich, 2023).

Em Portugal, a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA 2019–2023), estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, define como PSSA quem se encontre sem teto – vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário – ou sem casa, residindo em alojamento temporário destinado para o efeito. De acordo com os dados do Inquérito de Caracterização das PSSA, divulgados a 31 de dezembro de 2021, foram identificadas 9.604 pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal Continental, um aumento significativo face a 2018 (ENIPSSA, 2018; 2019; 2020; 2021). Embora os centros urbanos como Lisboa e Porto concentrem a maioria desta população, a realidade de outros territórios, como concelhos de menor dimensão, continua a ser insuficientemente estudada. Esta tendência de crescimento sublinha a importância de se conhecerem mais profundamente os perfis e as necessidades desta população, especialmente em territórios fora dos grandes centros urbanos.

A literatura especializada tem contribuído significativamente para a desconstrução de preconceitos e estigmas historicamente associados à população em situação de sem-abrigo, por meio de estudos que desmistificam percepções estereotipadas e contextualizam as múltiplas dimensões dessa realidade social (Caeiro & Gonçalves, 2015; Pina, Fernandes, Lourenço & Santos, 2020; Jorge, 2022). Tal como defendem Paugam (2003) e Capucha (2005), a exclusão social não se reduz à carência material, sendo antes um processo multidimensional de rutura com os sistemas de pertença, integração e cidadania. A pobreza, enquanto manifestação visível dessa exclusão, pode ser compreendida como uma privação dinâmica de recursos (Costa, 1998), agravada pela limitação no acesso a direitos sociais fundamentais e pela ausência de redes de suporte.

Pereirinha (1992) e Baptista (2008) sublinham a importância de distinguir pobreza de exclusão social, reconhecendo que nem todos os pobres são excluídos e nem todos os excluídos são pobres. Quando analisada à luz da situação de sem-abrigo, esta distinção torna-se particularmente relevante, uma vez que a ausência de habitação tende a coexistir com fatores como o desemprego crónico, o isolamento social, a doença mental e a rutura de laços familiares. Esta definição abrange uma diversidade de trajetos marcados por processos de desfiliação social, frequentemente invisibilizados nas políticas públicas e no imaginário coletivo.

A situação de sem-abrigo é frequentemente marcada por um percurso de perda progressiva de vínculos sociais, que resulta numa nova identidade moldada pela experiência de rua, onde a reintegração na sociedade se torna cada vez mais distante (Cancela et al., 2023). Essa trajetória de exclusão extrema reflete a complexidade e diversidade das situações enfrentadas por estas pessoas, exigindo uma intervenção que considere as múltiplas camadas do problema.

Além das dimensões estruturais da exclusão, importa considerar as necessidades humanas das PSSA, entendidas numa perspetiva holística. A teoria das necessidades fundamentais de Max-Neef (1991) e os contributos de Potyara (2007) alertam para a importância de uma abordagem que vá além da satisfação de carências materiais, incluindo aspetos relacionais, emocionais e culturais. No caso das PSSA, essa abordagem integrada tem vindo a ser preconizada pelo Modelo de Intervenção e Acompanhamento Integrado da ENIPSSA (GIMAE, 2018), que propõe respostas centradas na pessoa, com vista à promoção da autonomia e à reintegração social. Esta visão é igualmente defendida por

diversos estudos internacionais que identificam boas práticas em saúde baseadas na proximidade relacional, na articulação em rede e na avaliação contínua através de indicadores específicos, com vista à melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de rua (Hino et al., 2022).

Reconhecendo, assim, a complexidade do fenómeno e a urgência de respostas territoriais, este estudo procurou contribuir para o conhecimento empírico sobre a população em situação de sem-abrigo no concelho da Figueira da Foz. Desenvolvida em parceria com o Projeto *Eu, Consigo* e o Instituto Superior Miguel Torga, a investigação teve como principal objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico das PSSA locais, identificar as suas necessidades prioritárias e compreender as suas perceções quanto aos apoios sociais existentes. Partindo de uma abordagem quantitativa e descritiva, pretende-se com este trabalho reforçar a evidência científica disponível e contribuir para a definição de estratégias de intervenção mais eficazes, dignificantes e ajustadas à realidade vivida por estas pessoas.

1. Metodologia

1.1. Materiais e Métodos

Este estudo teve como objetivo conhecer o perfil e as necessidades das PSSA do concelho da Figueira da Foz. Foi adotada uma abordagem descritiva e quantitativa, respeitando os princípios éticos da investigação científica, em conformidade com a Declaração de Helsínquia. Todos os/as participantes foram previamente informados/as sobre os objetivos do estudo e prestaram o seu consentimento informado, de forma livre e esclarecida.

A recolha de dados decorreu entre 1 e 30 de junho de 2023 e incluiu informação sociodemográfica, a identificação de necessidades humanas e a perceção das PSSA relativamente à cidadania e aos apoios sociais.

Os questionários foram aplicados por equipas técnicas no terreno, garantindo o respeito pela privacidade dos/as inquiridos/as. Os critérios de inclusão foram: ter idade igual ou superior a 18 anos, encontrar-se em situação de sem-abrigo no momento da recolha dos dados e possuir capacidade cognitiva para compreender o conteúdo do questionário e prestar consentimento informado.

1.2. Instrumentos

O questionário sociodemográfico foi construído com a colaboração da equipa técnica do projeto *Eu, Consigo*, permitindo recolher dados como sexo, idade (distribuída em três grupos etários: 25–30, 31–44 e 45–64 anos), habilitações literárias (ensino básico, secundário e superior) e situação profissional (desempregado de longa duração, desempregado, reformado, empregado e com trabalhos pontuais).

Adicionalmente, foi utilizada uma adaptação do *Needs Assessment Questionnaire* (NAQ), traduzido por Gonçalves (2016, pp. 69–70). Este instrumento foi desenvolvido para captar as necessidades expressas pelas próprias pessoas em situação de sem-abrigo, através de uma escala de autorrelato. Cada item é avaliado segundo cinco níveis de importância: "nada importante", "pouco importante", "algo importante", "muito importante" e "extremamente importante". O questionário integra 27 itens, tratados de forma individual e sem hierarquização. Foram ainda incluídas duas perguntas abertas para identificar quais as necessidades consideradas mais prioritárias pelos/as participantes, bem como questões exploratórias sobre a perceção da sua situação atual.

1.3. Análise estatística

A análise estatística foi realizada com recurso ao software *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM SPSS Statistics, versão 27.0). Numa primeira fase, efetuou-se uma análise descritiva das variáveis em estudo, recorrendo ao cálculo de medidas de tendência central e de dispersão. Numa segunda fase, com o objetivo de averiguar diferenças estatisticamente significativas entre o sexo dos/as participantes e as necessidades identificadas, recorreu-se à estatística inferencial, através do teste não paramétrico de Mann–Whitney. O nível de significância adotado foi de $p < 0,05$.

1.4. Participantes

Considerando os critérios de inclusão definidos, foi obtida uma amostra de 27 participantes em situação de sem-abrigo no concelho da Figueira da Foz, maioritariamente homens (67%). A média de idades dos participantes foi de 44 anos ($DP = 11.16$), com um mínimo de 25 anos e um máximo de 64 anos. A Tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica da amostra.

No que respeita à nacionalidade, a maioria dos participantes possui nacionalidade portuguesa (78 %), o que confirma a prevalência de cidadãos nacionais entre as PSSA no território em estudo. Contudo, cerca de um quarto da amostra é constituída por pessoas estrangeiras, nomeadamente de origem romena, argentina e italiana. Relativamente à naturalidade, observa-se uma predominância de participantes oriundos da região Centro (37%), o que é consistente com a localização geográfica do concelho da Figueira da Foz.

Tabela n.º 1. Caracterização sociodemográfica da amostra (N = 27)

		<i>n</i>	%
Sexo	Masculino	18	67
	Feminino	9	33
Idade	25 a 30 anos	2	7
	31 a 44 anos	13	48
	45 a 64 anos	12	44
Média ± desvio-padrão	44 ± 11,16		
Min–Max.	25 – 64		
Nacionalidade	Portuguesa	21	78
	Países da União Europeia	4	15
	Outros países	2	7
Naturalidade (região)	Alentejo	1	4
	Açores	1	4
	Centro	10	37
	Estrangeiro	6	22
	Lisboa AML	2	7
	Norte	5	19
	Sem resposta	2	7

Notas: *n* = número de sujeitos; % = percentagem

2. Resultados

Como apresentado na Tabela 2, a maioria dos/as participantes possui escolaridade ao nível do ensino básico (*n* = 17; 63%), enquanto apenas 3 têm formação superior (11%). Em relação à situação profissional, 82% encontram-se desempregados (*n* = 22), e apenas 4 referem ter alguma forma de ocupação, embora maioritariamente precária ou instável. Apenas um participante declara estar reformado (4%).

No que respeita à principal fonte de rendimento, a maior parte da amostra refere não dispor de qualquer fonte regular (*n* = 11; 41%), sendo o Rendimento Social de Inserção (RSI) a prestação mais referida entre os que têm algum apoio monetário (*n* = 6; 22%). Apenas 11% afirmam ter dinheiro suficiente para satisfazer as necessidades básicas (Tabela 2).

Quanto à situação habitacional (Tabela 3), a maioria dos inquiridos encontra-se em situação de sem-teto¹ ($n = 20$; 74%). Em termos de duração da experiência de sem-abrigo, 63% ($n = 17$) vivem nesta situação há um ano ou menos, enquanto 15% ($n = 4$) se encontram numa situação crónica (há seis anos ou mais anos). Os dados evidenciam uma coexistência entre percursos recentes e situações de longa duração.

No que se refere ao local de pernoita, destaca-se a utilização de casas devolutas (30%) e da instituição ANO² (26%), seguidas da rua (19%) e do automóvel (15%). Quanto aos cuidados de higiene, o principal recurso mencionado é a instituição CASA³ (30%), seguida da ANO (22%) e dos balneários públicos (22%). Para a alimentação, a CASA é o apoio mais referenciado (37%) (Tabela 3).

Tabela n.º 2. Perfil Educacional e Profissional da Amostra (N = 27).

		<i>n</i>	%
Habilitações Literárias	Ensino Básico ou inferior	17	63
	Ensino Secundário	7	26
	Ensino Superior	3	11
Situação face ao trabalho*	Desempregado	22	82
	Reformado	1	4
	Empregado	2	7
	Trabalhos pontuais	2	7
Ocupação profissional atual	CEI	1	4
	Empregado fabril	1	4
	Empregado de limpeza	1	4
	Limpeza de canil	1	4
	Tec. Manutenção eletromecânica	1	4
	Reforma	1	4
	Sem ocupação	21	78
Principal fonte de rendimento	Ajuda de familiares	1	4
	CEI	1	4
	Reformado	1	4
	RSI	6	22
	Subsídio desemprego	1	4
	Sem rendimento	11	41
	Trabalho**	4	15
	Sem resposta	2	7
Tem dinheiro suficiente para suas necessidades básicas	Não	24	89
	Sim	3	11

Notas: *n* = número de sujeitos; % = percentagem; CEI = Contrato de Emprego e Inserção; *DLD ($n = 5$; 19%); **Trabalho pontuais ($n = 2$; 7%)

¹ Sem-teto: refere-se a pessoas que não possuem uma residência fixa ou adequada para morar. São indivíduos que vivem em situação de rua, abrigados em locais precários, como viadutos, marquises, parques, entre outros, ou que não têm acesso a habitação estável.

² ANO – Associação Novo Olhar - Figueira da Foz

³ CASA – Centro de Apoio ao Sem Abrigo, Delegação da Figueira da Foz

A maioria dos participantes declara não sofrer de qualquer doença conhecida ($n = 17$; 63%). Contudo, entre os que referem problemas de saúde, destacam-se doenças crónicas como diabetes, artrose, depressão, problemas respiratórios e cardíacos. Apenas 3 participantes referem acompanhamento específico, sendo 2 em saúde mental (7%) e um em tratamento por Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) (4%).

Tabela n.º 3. Situação habitacional e satisfação das necessidades básicas (N = 27).

		N	%
Situação	Sem teto	20	74
	Sem casa	7	26
Tempo em situação de sem-abrigo	<= 6 meses	9	33
	<=1 ano	8	30
	>1 ano a 3 anos	6	22
	>= 6 anos	4	15
Local de pernoita	ANO	7	26
	Casa de amigo	1	4
	Carro	4	15
	Casa devoluta	8	30
	Na rua	5	19
	Sem resposta	2	7
Local de higiene	ANO	6	22
	Balneário público	6	22
	CASA	8	30
	CDC	1	4
	CVP FF	1	4
	Mais de um local	4	15
Local de alimentação	Sem resposta	1	4
	ANO	6	22
	CASA	10	37
	CDC	1	4
	CVP FF	5	19
	Mais de um local	3	11
	Na rua	1	4
Sem resposta	1	4	
Tipos de doenças Autodeclaradas	Declara não sofrer de nenhuma doença	17	63
	Arritmia cardíaca	1	4
	Arritmia cardíaca e doenças mental	1	4
	Artrose	1	4
	Depressão e ansiedade	1	4
	Diabetes	1	4
	Hiperatividade e Bronquite	1	4
	Glicose e asma	1	4
	Problema na coluna	2	7
	Problemas no fígado	1	4
Presença de acompanhamento médico	Declara não sofrer de nenhuma doença	17	63
	Acompanhamento de profissionais da saúde mental	2	7
	Tratamento de toxic dependência	1	4
	Não especifica qual especialidade está a acompanhá-lo	7	26

Notas: n = número de sujeitos; % = percentagem; CDC = Cáritas Diocesana de Coimbra; CVP FF = Cruz Vermelha Portuguesa Delegação da Figueira da Foz.

No que respeita às necessidades sociais para ultrapassar a situação de sem-abrigo, a maioria destaca o acesso à habitação (59%) e a combinação entre emprego e habitação (26%). O emprego estável é igualmente referido como um fator crucial (44%) (Tabela 4).

Quanto à rede de apoio informal, mais de metade dos/as participantes afirma não contar com qualquer apoio de familiares ou amigos (59%), reforçando a fragilidade das ligações sociais nesta população. Quanto à participação em programas de inserção social, 56% afirmam já ter participado em algum tipo de resposta, enquanto 41% nunca o fizeram (Tabela 4).

Tabela n.º 4. Necessidades e redes de suporte (N = 27).

		<i>n</i>	%
Necessidades de apoios sociais para sair da situação de sem-abrigo*	Aguarda integração em ERPI	1	4
	Acesso a habitação	15	59
	Apoio alimentar	1	4
	Emprego e habitação	7	26
	Emprego estável	12	44
	Mais dinheiro	1	4
	Habitação e convívio familiar	1	4
	Sem resposta	3	11
Rede de Apoio Informal	Não tem apoio de familiares/amigos	16	59
	Amigos	2	7
	Familiares	6	22
	Companheiro	2	7
	Sem resposta	1	4
Experiências com programa de inserção social	Nunca participou	11	41
	Já participou	15	56
	Sem resposta	1	4

A perceção de isolamento social é expressa por 59% dos/as inquiridos/as, embora apenas 37% considere que a sua situação de sem-abrigo afeta a capacidade de se relacionar. A discriminação surge como uma realidade experienciada por 48% da amostra, aumentando ligeiramente no contacto com serviços públicos (56%). Em contraste, a maioria dos/as inquiridos/as refere sentir-se seguro/a no dia a dia (74%). As razões apontadas por quem não se sente seguro incluem consumo de substâncias, sensação de ameaça e insegurança noturna. Quando se cruza o sentimento de segurança com o local de pernoita, verifica-se que mesmo entre as pessoas sem-teto, a maioria ($n = 14$; 52%) afirma sentir-se segura (Tabela 5).

Quanto à satisfação com os apoios sociais, 59% manifestam-se satisfeitos. No entanto, quando questionados sobre a eficácia dessas respostas para sair da situação de

sem-abrigo, a maioria (63%) considera que os apoios existentes não são suficientes. Entre os que responderam positivamente, destaca-se o facto de estarem integrados em respostas habitacionais ($n = 7$) ou já não estarem em situação de sem-teto ($n = 3$).

Tabela n.º 5. Perceções e experiências as PSSA (N = 27).

		N	%
Sente-se socialmente isolado?	Não	11	41
	Sim	16	59
Sente que a situação de sem-abrigo afeta a capacidade de relacionamento?	Não	17	63
	Sim	10	37
Sente-se discriminado por causa da situação de sem-abrigo?	Não	14	52
	Sim	13	48
Sente-se discriminado ao ser atendido pelos serviços públicos?	Não	15	56
	Sim	12	44
Sente-se seguro no seu dia-a-dia?	Não	7	26
	Sim	20	74
Sente-se satisfeito com os apoios sociais que recebe?	Não	11	41
	Sim	16	59
Sente que as respostas sociais que recebe são suficientes para o conduzir a sair da situação de sem-abrigo?	Não	17	63
	Sim	10	37

Notas: n = número de sujeitos; % = percentagem.

É possível observar, com base nos dados apresentados na tabela 6, que a maioria ($n = 7$; 78%) dos/as inquiridos/as que pernoitam na ANO relataram ter perceções positivas sobre a possibilidade de sair da rua. Em contraste, entre aqueles que pernoitam no carro e na rua, nenhum deles expressou perceções positivas sobre a possibilidade de deixar a situação de sem-abrigo. Já entre as pessoas que pernoitam em casas devolutas as afirmações foram predominantemente negativas ($n = 7$; 44%). A análise estatística revelou que existe uma associação significativa entre o local de pernoita e as perceções sobre a possibilidade de saída da rua, com um valor de CC (coeficiente de contingência) de 0.650 e um p -valor menor que 0.001. Isso sugere que o local de pernoita pode desempenhar um papel importante nas perspetivas das pessoas em relação à superação da situação de sem-abrigo.

Tabela n.º 6. Perceções sobre as expetativas de sair da situação de sem-abrigo (N = 27).

Local onde pernoita	Não		Sim		CC	P
	n	%	n	%		
ANO	0	0	7	78	0.650	<0.001
Carro	4	25	0	0		
Casa devoluta	7	44	2	22		
Na rua	5	31	0	0		

Nota: CC, Coeficiente de contingência; p , significância, < 0.05

A Tabela 7 sintetiza os resultados da avaliação de 27 necessidades listadas no *Needs Assessment Questionnaire*. As necessidades consideradas “extremamente importantes” pela maioria incluem: habitação permanente (89%), emprego (70%), assistência médica e cuidados dentários (63%), acesso a balneários (59%) e vestuário (44%). Em menor escala, destacam-se ainda transportes gratuitos (41%) e segurança física (37%). Por outro lado, algumas necessidades foram apontadas como de “nenhuma importância”, nomeadamente assistência na gestão do dinheiro (44%), treino de competências parentais (41%), continuação de estudos (37%) e aconselhamento familiar (33%). Aulas de português e apoio jurídico obtiveram respostas divergentes quanto à sua importância.

Tabela n.º 7. Avaliação das necessidades das PSSA (N = 27).

	Nada importante		Pouco importante		Algo importante		Muito importante		Extremamente importante	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Abrigo de curto-prazo (< 90 dias)	5	19	7	26	5	19	7	26	3	11
Habitação temporária de longo prazo (>1ano)	4	15	5	19	6	22	6	22	5	19
Refeições gratuitas	3	11	0	0	4	15	4	15	16	60
Acesso a balneários	3	11	1	4	4	15	2	7	16	60
Acesso a vestuário	3	11	3	11	4	15	5	19	12	44
Emprego	0	0	1	4	2	7	5	19	19	70
Formação Profissional	3	11	4	15	6	22	6	22	8	30
Obter apoio financeiro	2	7	3	11	5	19	3	11	14	52
Assistência na gestão do seu dinheiro	12	45	4	15	6	22	2	7	3	11
Transportes gratuitos	1	4	4	15	5	19	6	22	11	40
Treino de competências parentais	11	41	7	30	1	4	4	15	3	11
Aconselhamento individual	3	11	4	25	8	30	7	30	5	19
Aconselhamento familiar	9	34	6	23	6	22	5	19	1	4
Tratamento de Alcoolismo ou drogas	8	30	0	0	5	19	4	15	9	33
Acompanhamento com um Gestor de Caso	4	15	1	4	7	30	5	19	8	30
Acesso a serviços de Saúde Mental	7	30	4	15	6	22	3	11	7	30
Assistência Médica	2	7	0	0	4	15	4	15	17	63
Cuidados dentários	2	7	0	0	4	15	4	15	17	63
Continuação de estudos	10	37	7	30	2	7	5	19	1	4
Informação sobre saúde	3	11	5	19	8	30	6	22	4	15
Apoio Jurídico/legal	6	22	4	15	5	19	6	22	4	15
Grupos de suporte/ajuda	9	33	5	19	5	19	5	19	2	7

Informação sobre serviços de apoio disponíveis	0	0	3	11	9	33	12	44	1	4
Treino de competências para vida	2	7	6	22	8	30	4	15	6	22
Aulas de português	7	26	7	30	6	22	2	7	4	15
Melhorias na segurança física	3	11	4	15	6	22	3	11	10	37

Nota. *n* = número de sujeitos; % = percentagem

Quando solicitados/as a identificar, de forma aberta, as necessidades que consideravam mais importantes, os/as inquiridos/as destacaram consistentemente a habitação (78%), o emprego (74%) e os cuidados de saúde (33%). A maioria combinou mais de uma necessidade nas respostas, refletindo a consciência da multidimensionalidade do problema. Nenhum/a participante indicou necessidades adicionais às contempladas no questionário, o que poderá indicar uma adequação do instrumento às realidades vividas.

Tabela n.º 8. Necessidades mais importantes percecionadas pelas PSSA (N = 27).

	<i>N</i>	%
Cuidados dentários	2	7
Emprego	20	74
Habitação	21	78
Habitação e emprego	22	81
Habitação e respostas sociais	21	78
Habitação, emprego, assistência médica/saúde mental	25	93
Habitação, emprego, formação profissional	23	85
Tratamento aos CAD, assistência médica, aconselhamento familiar e formação profissional	11	41
Satisfação das necessidades básicas	25	93
Sem resposta	2	7

Notas: *n* = número de sujeitos; % = percentagem; foram reportadas mais do que uma necessidade de apoio.

3. Discussão dos Resultados

A presente investigação permitiu aprofundar o conhecimento sobre as condições de vida, necessidades e perceções das PSSA no concelho da Figueira da Foz, um território onde este fenómeno se encontra sub-representado na investigação científica nacional. Tal como referido por Bento e Barreto (2002), a condição de sem-abrigo configura-se como uma expressão extrema de exclusão social, marcada pela acumulação de privações materiais e simbólicas. Neste sentido, os dados obtidos reiteram a existência de trajetórias de desfiliação social e de ruturas com as redes de pertença e proteção.

Os resultados revelam que a maioria dos/as participantes apresenta baixos níveis de escolaridade e encontra-se em situação de desemprego de longa duração, o que reforça a ideia de Costa (1998) de que o desemprego não representa apenas a ausência de rendimento, mas também a perda de vínculos sociais estruturantes. A ausência de rendimento estável e a precariedade habitacional, visíveis nas respostas obtidas, espelham a privação de direitos sociais fundamentais.

Apesar de Portugal ser considerado um dos países mais seguros do mundo, classificado como o sétimo país mais seguro do mundo e o quarto na União Europeia (segundo a Global Peace Index 2023, do Instituto para a Economia e Paz), um número significativo de participantes identificou a melhoria da segurança física como uma necessidade prioritária. Esta aparente contradição pode ser compreendida à luz de Bento e Barreto (2002), que argumentam que a segurança não é apenas uma condição externa, mas também uma dimensão subjetiva associada à dignidade, à proteção e à previsibilidade do quotidiano. A insegurança expressa pelas PSSA poderá estar relacionada com a imprevisibilidade da vida na rua, a vulnerabilidade face à violência e à criminalização, e à sensação de invisibilidade social.

Um dos dados mais significativos do estudo refere-se à perceção das próprias PSSA sobre a insuficiência das respostas sociais existentes. Embora mais de metade dos/as participantes se sintam satisfeitos com os apoios que recebe, 63% considera que essas respostas não são suficientes para sair da condição de sem-abrigo. Esta constatação vai ao encontro das conclusões de Hino et al. (2022), que apontam para a necessidade de um investimento em práticas de saúde baseadas na proximidade, no acompanhamento contínuo e na articulação intersectorial, como elementos centrais das boas práticas em saúde para esta população.

Por sua vez, Flavel et al. (2021) reforçam a importância de abordagens holísticas e centradas na pessoa, que considerem as trajetórias individuais, as necessidades multidimensionais e os contextos territoriais específicos das PSSA. Os dados deste estudo mostram que, para além da habitação, os/as participantes identificam como extremamente importantes o emprego, o acesso a cuidados de saúde (médicos, mentais e dentários) e o apoio à higiene pessoal, o que demonstra a necessidade de respostas integradas que transcendam os modelos assistencialistas tradicionais.

Importa também destacar o papel da comunidade e da participação ativa no processo de reintegração social. O estudo de Cattebeke-Laconich (2023) ilustra como o envolvimento da comunidade e a mobilização de recursos locais, com base num enfoque de direitos humanos, podem promover mudanças efetivas na vida de pessoas em situação de rua com doenças mentais. Este tipo de abordagem pode ser inspirador para a definição de estratégias participativas e territorializadas.

Além das necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, abrigo e segurança, as pessoas em situação de rua também enfrentam necessidades sociais e emocionais, que envolvem proteção, afeto, identidade e acesso a direitos como saúde, educação e lazer. Essas necessidades sociais estão relacionadas ao processo de autorrealização e à busca por igualdade, fundamentadas no reconhecimento da dignidade humana no contexto social (Oliveira et al., 2015).

Em síntese, os resultados desta investigação demonstram que a situação de sem-abrigo resulta da interseção de múltiplas vulnerabilidades e exige, por isso, respostas articuladas, sustentáveis e baseadas numa lógica de direitos. O reforço de políticas públicas que integrem habitação, saúde e suporte psicossocial, bem como a aposta em modelos de intervenção centrados na pessoa e na comunidade, é crucial para responder aos desafios identificados e promover a reintegração social das PSSA de forma digna e eficaz.

Considerações Finais

O fenómeno das PSSA assume contornos profundamente complexos e multidimensionais, sendo simultaneamente expressão e consequência das desigualdades sociais estruturais que persistem nas sociedades contemporâneas. Os resultados obtidos neste estudo reforçam a importância de uma abordagem holística e centrada na pessoa, que reconheça a condição de sem-abrigo para além da simples ausência de habitação.

A análise empírica no concelho da Figueira da Foz revelou trajetórias de exclusão prolongada, frequentemente marcadas pelo desemprego de longa duração, precariedade habitacional, ausência de redes de apoio informal e dificuldades no acesso a serviços de saúde e educação. Esta acumulação de vulnerabilidades traduz-se no agravamento do isolamento social e na dificuldade de reintegração, sobretudo quando não existem respostas públicas eficazes e integradas.

Mais do que uma situação transitória, a condição de sem-abrigo assume, em muitos casos, uma natureza crónica, enraizada em processos de desfiliação social e invisibilidade. A habitação, o emprego e os cuidados de saúde foram identificados pelos/as próprios/as participantes como as principais necessidades para sair da situação de sem-abrigo, o que deve constituir o ponto de partida para a formulação de políticas públicas mais ajustadas à realidade concreta destas pessoas. A perceção generalizada de que os apoios existentes não são suficientes para alcançar a autonomização e a inclusão social plena evidencia as limitações das respostas atuais, ainda demasiado centradas na emergência e na assistência. Neste sentido, torna-se urgente reforçar modelos de intervenção baseados em direitos, que articulem de forma consistente os domínios da habitação, saúde, emprego, acompanhamento psicossocial e integração comunitária.

Por fim, a realização deste estudo num concelho de média dimensão reforça a relevância de investigar a realidade das PSSA fora dos grandes centros urbanos, frequentemente sobrevalorizados na produção científica. Ao dar visibilidade a contextos locais ainda pouco explorados, esta investigação contribui para um conhecimento mais abrangente e para a construção de respostas territorializadas e sustentáveis. Aprofundar esta linha de investigação é essencial para garantir que as estratégias de combate à exclusão social sejam informadas, eficazes e promotoras de dignidade, autonomia e cidadania para todas as pessoas em situação de sem-abrigo.

Referências Bibliográficas

Baptista, I. (2008). The New Portuguese Homelessness Strategy. *European Journal of Homelessness*, volume 12, 1. p. 95-109

Bento, A., & Barreto, E. (2002). *Sem-amor, sem-abrigo*. Climepsi.

Burak, A. M., Wyszowska, Z., Liebert, A., & Kłopotcka, M. (2022). Profile of homeless people in emergency departments. *International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health*, 35(2), 157–167. <https://doi.org/10.13075/ijomeh.1896.01842>

Caeiro, T., & Gonçalves, A. (2015). Homelessness – Press, policies and public opinion in Portugal. *European Journal of Homelessness*, 9(1), 99–122. https://www.feantsa.org/download/ejh_9-1_article-55182726518776035648.pdf

Cancela, A. M., Caetano, A. P., Teixeira, M., & Almeida, C. D. (2023). A Intervenção Social com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. O papel das políticas sociais de âmbito nacional e local. *Revista Temas Sociais* 4, 33-49. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/temassociais/article/view/8937>

Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Celta.

Cattebeke-Laconich, E. (2023). Inclusión social de persona con trastorno mental en situación de calle: una intervención comunitaria. *Revista de Salud Pública del Paraguay*, 13(3), 22–28. <https://revistas.ins.gov.py/index.php/rspp/article/view/302>

Costa, A. B. (1998). *Exclusões Sociais*. Gradiva.

ENIPSSA (2018). *O Inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo*. <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11746/3333>

ENIPSSA (2019). *O Inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo*. Obtido de: <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11746/ssd33>

ENIPSSA (2020). *O Inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo*. Obtido de: <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/2333>

ENIPSSA (2021). *O Inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo*. Obtido de: <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/ENIPSSA>

Flavel, J., Freeman, T., Baum, F., Wood, L., Foley, K., Vallesi, S., & Parry, Y. (2021). *A profile of the homeless population in Adelaide*. Southgate Institute for Health, Society and Equity, Flinders University. https://api.research-repository.uwa.edu.au/ws/portalfiles/portal/107272379/Flavel_et_al_2021_Adelaide_homeless_profile_southgate.pdf

GIMAE (2018). *Conceito de Pessoa em Situação de Sem-Abrigo*. Obtido de: <http://www.enipssa.pt/conceito-de-pessoa-em-situacao-de-sem-abrigo>

Gonçalves, J. (2016). *As necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo da cidade de Lisboa* (dissertação de mestrado). ISPA. Lisboa

Hino, P., Fornari, L. F., Egry, E. Y., Santana, C. L. A., & Oliveira, E. (2022). Indicadores de boas práticas em saúde para a população de rua: revisão de escopo. *Acta Paulista de Enfermagem*, 35, eAPE00476. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AR0047666>

Jorge, P. (2022). Determinantes do adoecimento mental na população sem-abrigo. *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, 38(5), 488–495. <https://doi.org/10.32385/rpmgf.v38i5.13394>

Max-Neef, A. (1991). *Human Scale Development. Conception, application and further reflections*. The Apex Press New York and London.

Oliveira, D. M., Expedito, A. C., Aleixo, M. T., Carneiro, N. S., Jesus, M. C. P., & Merighi, M. A. B. (2018). *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(Suppl 6), 2689–2697. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0612>

Paugam, S. (2003). *A Desqualificação Social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto Editora.

Pina, A., Fernandes, B., Lourenço, B., & Santos, E. (2020). Ciências humanas e sociais e questões contemporâneas. *Polêmica*, 20(3), 1–25. <https://doi.org/10.12957/polemica.2020.63483>

Pereirinha, A. J. (1992). Pobreza e exclusão social: fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida. *Análise Social*, n.º 102. ICS.

Potyara, A. P. P. (2007). *Necessidades humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais*. Cortez.

Rosa, C. M. M. (2005). *Vidas de rua*. Hucitec.